

1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PARANAÍBA/MS

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO DE BEM(NS) IMÓVEL(IS) e de intimação do(a)(s) executado(a)(s) **Ana Carla Queiroz de Macedo**, inscrito(a) no CPF/MF nº 017.099.041-94, com endereço na Avenida Aristides Klafes, 1015, Santa Lúcia, Paranaíba/MS, CEP 79500-000; **Gilmar Ferraz Macedo**, inscrito(a) no CPF/MF nº 293.963.791-15, com endereço na Avenida Aristides Klafes, 1015, Santa Lúcia, Paranaíba/MS, CEP 79500-000; **Vania Cristina da Silva Queiroz Macedo**, inscrito(a) no CPF/MF nº 421.915.641-00, com endereço na Avenida Aristides Klafes, 1015, Santa Lúcia, Paranaíba/MS, CEP 79500-000; **Jamil Ferraz Macedo**, inscrito(a) no CPF/MF nº 258.057.031-49, com endereço na Avenida Aristides Klafes, 1015, Santa Lúcia, Paranaíba/MS, CEP 79500-000; **Alessandra Silva Gouveia Macedo**, inscrito(a) no CPF/MF nº 511.142.241-20, com endereço na Rua Martinho, 580, centro, Paranaíba/MS, CEP: 79.500-000; e demais interessados.

Dr(ª). Nária Cassiana Silva Barros, Juiz(a) de Direito do(a) 1ª Vara Cível da comarca de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul, FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido no corpo dos autos de **Ação de Execução de Título Extrajudicial nº 0801904-65.2017.8.12.0018**, movido por **Banco do Brasil S/A** contra **Ana Carla Queiroz de Macedo** e outros, em trâmite perante este Juízo e Cartório, que com fulcro no artigo 880 e seguintes do Código de Processo Civil/2015, e regulamentado pelo Provimento 375, de 23 de agosto de 2016, do CSM/TJMS, por intermédio do portal www.marcaleiloes.com.br, gestora de leilões on-line, o leiloeiro judicial nomeado pelo(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito desta Vara, Sr. Marcelo Carneiro Bernardelli leva a público pregão de venda e arrematação na modalidade de leilão somente eletrônico (art. 1º do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016) o bem(ns) móvel(is) abaixo descrito(s), conforme condições de venda constantes do presente edital.

DATAS DO LEILÃO: No **1º Leilão** com início no dia **13/01/2020** às **17:30** horas (horário local) e **término** no dia **17/01/2020**, às **17:30** horas (horário local), entregar-se-á o(s) bem(ns) a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação. Caso os lances ofertados não atinjam o valor da avaliação do(s) bem(ns) no 1º Leilão, o **2º Leilão** seguir-se-á sem interrupção, e **término** no dia **31/01/2020**, às **17:30** (horário local), ocasião em que o(s) bem(ns) será(ão) entregue(s) a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a **50% (cinquenta por cento) do valor de avaliação atualizado**; considerado vil, conforme art. 891 do CPC.

VALOR DO DÉBITO DA EXECUÇÃO: R\$ 599.372,58 (quinhentos e noventa e nove mil, trezentos e setenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), atualizado até 30/06/2017, conforme planilha de cálculo à fl. 33/35 dos autos.

RELAÇÃO DO(S) BEM(NS) MÓVEL(IS): LOTE 01

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS): Um(a) caminhão da marca/modelo, SCANIA/G 470 A6X4, de cor predominantemente branca, ano de fabricação/ano modelo, 2008/2008, placa APX-6612 com tarjeta da cidade de Paranaíba/MS, chassi nº 9BSG6X40083625344, RENAVAM nº 960066110. Veículo com suporte do tensor quebrado, pneus muito gastos; impossível avaliar sua condição geral, inclusive funcionamento do motor, em razão de não ter conhecimento específico para tal, porém, foi constatado um veículo parado para manutenção.

LOCALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS) E FIEL DEPOSITÁRIO: Consta nomeação de fiel depositário à fl. 91. Gilmar Ferraz Macedo, inscrito(a) no CPF/CNPJ/MF nº 293.963.791-15. Endereço: Rodovia BR-497, altura do Km 15 - Pátio da FM.

VALOR DE AVALIAÇÃO: R\$ 206.262,00 (duzentos e seis mil e duzentos e sessenta e dois reais), conforme auto de avaliação à fl. 91, datado de 28/05/2018.

VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADO: R\$ 222.353,76 (duzentos e vinte e dois mil, trezentos e cinquenta e três reais e setenta e seis centavos), conforme atualização monetária pelo IGP-M à fl. 129, datado de 14/06/2019.

DÉBITOS E ÔNUS: Há débitos relativos ao DETRAN/MS no valor total de R\$ 5.194,50 (cinco mil e cento e noventa e quatro reais e cinquenta centavos), conforme certidão emitida em 10/10/2019, estando sujeito a alterações e/ou atualizações até a data do leilão eletrônico. Veículo com restrição RENAJUD para transferência.

RELAÇÃO DO(S) BEM(NS) MÓVEL(IS): LOTE 02

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS): Um(a) caminhão da marca/modelo, SCANIA/G 470 A6X4, de cor predominantemente branca, ano de fabricação/ano modelo, 2008/2008, placa AQC-6727 com tarjeta da cidade de Paranaíba/MS, chassi nº 9BSG6X40083628423, RENAVAM nº 967416060. Aparentando bom estado de conservação e funcionamento.

LOCALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS) E FIEL DEPOSITÁRIO: Consta nomeação de fiel depositário à fl. 91. Gilmar Ferraz Macedo, inscrito(a) no CPF/CNPJ/MF nº 293.963.791-15. Endereço: Rodovia BR- 497, altura do Km 15 - Pátio da FM.

VALOR DE AVALIAÇÃO: R\$ 206.262,00 (duzentos e seis mil e duzentos e sessenta e dois reais), conforme auto de avaliação à fl. 91, datado de 28/05/2018.

VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADO: R\$ 222.353,76 (duzentos e vinte e dois mil, trezentos e cinquenta e três reais e setenta e seis centavos), conforme atualização monetária pelo IGP-M à fl. 129, datado de 14/06/2019.

DÉBITOS E ÔNUS: Há débitos relativos ao DETRAN/MS no valor total de R\$ 5.592,66 (cinco mil e quinhentos e noventa e dois reais e sessenta e seis centavos), conforme certidão emitida em 10/10/2019, estando sujeito a alterações e/ou atualizações até a data do leilão eletrônico. Veículo com restrição RENAJUD para transferência.

RELAÇÃO DO(S) BEM(NS) MÓVEL(IS): LOTE 03

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS): Um(a) caminhão da marca/modelo, SCANIA/G 470 A6X4, de cor predominantemente branca, ano de fabricação/ano modelo, 2008/2008, placa AQC-9377 com tarjeta da cidade de Paranaíba/MS, chassi nº 9BSG6X40083628325, RENAVAM nº 967574757. Aparentando bom estado de conservação e funcionamento.

LOCALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS) E FIEL DEPOSITÁRIO: Consta nomeação de fiel depositário à fl. 91. Gilmar Ferraz Macedo, inscrito(a) no CPF/CNPJ/MF nº 293.963.791-15. Endereço: Rodovia BR-497, altura do Km 15 - Pátio da FM.

VALOR DE AVALIAÇÃO: R\$ 206.262,00 (duzentos e seis mil e duzentos e sessenta e dois reais), conforme auto de avaliação à fl. 91, datado de 28/05/2018.

VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADO: R\$ 222.353,76 (duzentos e vinte e dois mil, trezentos e cinquenta e três reais e setenta e seis centavos), conforme atualização monetária pelo IGP-M à fl. 129, datado de 14/06/2019.

DÉBITOS E ÔNUS: Há débitos relativos ao DETRAN/MS no valor total de R\$ 17.016,76 (dezesete mil e dezesseis reais e setenta e seis centavos), conforme certidão emitida em 10/10/2019, estando sujeito a alterações e/ou atualizações até a data do leilão eletrônico.

CONDIÇÕES DE VENDA

1. DA ARREMATACÃO LIVRE DE ÔNUS: Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, por eles não respondendo o adquirente (art. 130, § único do CTN e art. 908, § 1º do CPC);

2. DO PAGAMENTO PARCELADO: O(s) interessado(s) em adquirir o(s) bem(ns) penhorado(s) em prestações, poderá(ão) apresentar por escrito até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição por valor não inferior ao da avaliação, ou até o início do segundo leilão, proposta de aquisição por valor que não seja considerado vil. Em qualquer hipótese, será necessário o

pagamento de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Lance à vista, podendo o restante ser parcelado em até 30 (trinta) meses, desde que garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis. A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado, conforme art. 895 do CPC;

3. DO(S) BEM(NS) O(s) bem(ns) será(ão) alienado(s) no estado de conservação em que se encontra(m), sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para a alienação judicial eletrônica (art. 18 do Prov. nº 375/2016 - CSM/TJMS);

4. DOS DEPÓSITOS: O(s) valor(es) do(s) bem(ns) arrematado(s), deverá(ao) ser depositado(s) no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do término do leilão, mediante guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal enviada pela MARCA LEILÕES, bem como a comissão de **05% (cinco por cento)** via boleto na rede bancária, ou transferência eletrônica, via DOC ou TED, na conta corrente da Gestora de Leilão Eletrônico: Marca Leilões, Intermediações e Negócios LTDA., portadora da CNPJ/MF nº 23.871.860/0001-04, Banco do Brasil, Agência Guaicurus, Agência de nº 2936-X, Conta Corrente nº 48.686-8;

5. DA ENTREGA DO(S) BEM(NS): Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativos à transferência do(s) bem(ns) móvel(is) arrematado(s) para o seu nome. Para transferir o(s) bem(ns) móvel(is) arrematado(s), será expedido pelo Cartório da vara responsável, o respectivo mandado de entrega, a ser cumprido por oficial de justiça designado, acompanhado pelo arrematante ou pessoa que o represente legalmente;

6. DO CADASTRO DOS INTERESSADOS: Para a participação no leilão eletrônico os interessados deverão realizar cadastro prévio no prazo de até 24 h (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão, conforme instruções contidas no seguinte portal: www.marcaleiloes.com.br; O cadastramento será gratuito e é requisito indispensável para a participação na alienação judicial eletrônica, responsabilizando-se o usuário, civil e criminalmente pelas informações prestadas, bem como implicar na aceitação integral das regras deste edital; Podem oferecer lances quem estiver na livre administração de seus bens, com exceção das pessoas elencadas nos incisos do art. 890 do CPC (art. 13 e art. 14 do Prov. nº 375/2016 CSM/TJMS);

7. DOS LANCES: Os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do leiloeiro Judicial, imediatamente divulgados on-line, viabilizando a preservação do tempo real das ofertas, não admitido sistema no qual os lances sejam realizados por qualquer forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances; para haver o encerramento do leilão, este deverá permanecer por 03 (três) minutos sem receber outra oferta. Sobrevindo lance nos 03 (três) minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial exclusivamente eletrônica, o horário

de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances. (conforme enunciado dos arts. 24 e 27 do Prov. nº 375/2016 - CSM/TJMS);

8. DAS PENALIDADES: Não efetuados os depósitos, serão comunicados os lances imediatamente anteriores, para que sejam submetidos à apreciação do juiz, na forma do art. 895, § 4º e 5º, do art. 896, § 2º, art. 897 e art. 898 do CPC, sem prejuízo da invalidação de que trata o art. 903 do CPC; O arrematante que injustificadamente deixar de efetuar os depósitos, se assim o declarar o juiz do processo, terá seu nome inscrito no Cadastro de Arrematantes Remissos do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul e não poderá mais participar das alienações judiciais eletrônicas no PJMS pelo período de um ano, podendo, ainda, ser responsabilizado por tentativa de fraude a leilão público (artigos 335 e 358 do Código Penal) e, também, por possíveis prejuízos financeiros a qualquer das partes envolvidas no leilão, aí incluída a comissão do leiloeiro (art. 23 da LEF). (conforme o art. 31 e art. 32 do Prov. nº 375/2016 - CSM/TJMS);

9. DA DESISTÊNCIA DA ARREMATAÇÃO: Conforme art. 903 do CPC o arrematante poderá desistir da arrematação, sendo-lhe imediatamente devolvido o depósito que tiver feito: se provar, nos 10 (dez) dias seguintes, a existência de ônus real ou gravame não mencionado no edital; se, antes de expedida a carta de arrematação ou a ordem de entrega, o executado alegar alguma das situações previstas no § 1º; uma vez citado para responder a ação autônoma de que trata o § 4º, desde que apresente a desistência no prazo de que dispõe para responder a essa ação. Considera-se ato atentatório à dignidade da justiça a suscitação infundada de vício com o objetivo de ensejar a desistência do arrematante, devendo o suscitante ser condenado, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos, ao pagamento de multa, a ser fixada pelo juiz e devida ao exequente, em montante não superior a vinte por cento do valor atualizado do bem;

10. DA ARREMATAÇÃO PELO CRÉDITO: Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente (art. 892, § 1º do CPC);

11. DO ACORDO E DA REMISSÃO: Na hipótese de qualquer tipo de acordo homologado ou remissão após a publicação do edital de leilão, será devida pelo(s) executado(s), ao Leiloeiro Oficial, a comissão de **05% (cinco por cento)** do valor da avaliação judicial, ou débito/acordo, o que for menor, conforme enunciado do § 3º do art. 10 do Provimento nº 379/2016 CSM/TJMS;

12. DA COMISSÃO: A comissão devida ao leiloeiro pelo arrematante, será no percentual de **05% (cinco por cento)** sobre o valor da arrematação. Além da comissão, fará jus o leiloeiro público ao ressarcimento das despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, na forma da lei, a cargo do executado (enunciado do art. 10 do Prov. nº 375/2016 - CSM/TJMS); Se houver desistência ou arrependimento do arrematante do bem arrematado, a comissão será devida da mesma forma; Não será devida a comissão ao leiloeiro público oficial na hipótese da desistência, que trata o art. 775 do Código de Processo Civil, de anulação da arrematação ou de resultado negativo da hasta pública (art. 10, § 1º do Prov. nº 375/2016 - CSM/TJMS); Na concessão de isenção após a publicação do edital, a comissão será paga pela executada; se a concessão de isenção for anterior a publicação do edital de leilão, a comissão ficará a cargo do exequente, se este não efetivou a comunicação anteriormente a publicação do edital; A partir da abertura da coleta de lances para o primeiro pregão, se o exequente adjudicar o bem penhorado, ficará responsável pelo pagamento da comissão em percentual de **05% (cinco por cento)** sobre o valor da avaliação do bem, devida ao leiloeiro;

13. DOS ESCLARECIMENTOS: No escritório do Leiloeiro, Sr. Marcelo Carneiro Bernardelli, sito à Rua General Odorico Quadros, nº 37, bairro Jardim dos Estados, em Campo Grande/MS, ou pelos seguintes fones: (67) 4042-2179 e (67) 99987-1407; e-mail contato@marcaleiloes.com.br e site www.marcaleiloes.com.br.

Caso não encontrado(s) o(s) devedor(es), fica(m) o(s) mesmo(s) ciente(s), por meio do presente, da realização do leilão. E, para que chegue ao conhecimento dos executados, terceiros e todos os demais interessados, o mesmo será publicado na forma da lei e afixado na sede deste Juízo.

Paranaíba/MS, 21 de outubro de 2019.

Dr(ª). Nária Cassiana Silva Barros
Juiz(a) de Direito